

Grupo em Defesa da Criança com Câncer - Grendacc

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024 e 2023**

Conteúdo

Balanços patrimoniais	3
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração do Valor Adicionado	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa equivalente de caixa sem restrição	8	8	99
Caixa equivalente de caixa com restrição	9	1	-
Títulos e valores mobiliários sem restrição	10	260	152
Títulos e valores mobiliários com restrição	11	446	571
Contas a receber - Saúde		916	263
Outras contas a receber	12	116	137
Estoque	13	380	618
Total do circulante		2.127	1.840
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósito judicial	19b.	-	9
Outras contas a receber - LP	12	10	45
		10	54
Imobilizado	14	15.314	15.420
Intangível		50	67
		15.364	15.487
Total do não circulante		15.373	15.541
Total do Ativo		17.500	17.381

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Diretor Presidente
Getúlio White Lima
CPF: 070.683.798-34



Contador

Fernando Marcelino Polysello
CRC ISP 256549/O-3

	Nota	2024	2023
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		802	372
Obrigações trabalhistas e sociais	15	1.922	1.856
Obrigações tributárias	16	1.830	2.139
Empréstimos	17	1.282	1.060
Adiantamento de clientes		23	19
Outras contas a pagar		157	191
Doações para revenda		-	221
Convênios Públicos e Privados a Executar	18	208	473
Total do circulante		6.225	6.330
Não Circulante			
Provisão para contingências	19a	365	621
Convênios Públicos e Privados a Executar - LP	18	857	610
Bens comodato		139	139
Obrigações tributárias - LP	16	1.739	1.572
Outras contas a pagar - LP		-	56
Empréstimos - LP	17	2.772	2.772
Total do não circulante		5.872	5.769
Patrimônio Líquido	16		
Patrimônio social		(3.745)	(2.043)
Ajuste avaliação patrimonial		8.823	8.971
Superávit/Déficit do período		326	(1.645)
		5.404	5.283
Total do Passivo e Patrimônio líquido		17.500	17.381

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


Diretor Presidente
Getúlio White Lima
CPF: 070.683.798-34

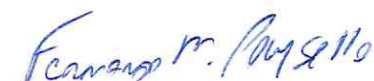

Contador
Fernando Marcelino Polysello
CRC ISP 256549/O-3

Demonstrações de resultados do período em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	21	20.663	17.467
Custos dos serviços prestados	22	<u>(17.632)</u>	<u>(16.506)</u>
Superávit bruto		<u>3.031</u>	<u>960</u>
Despesas por natureza			
Despesas Gerais e Administrativas	22	(377)	(425)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	22	<u>(177)</u>	<u>(153)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>2.476</u>	<u>382</u>
Resultado Financeiro			
Receita Financeira	23	19	20
Despesas Financeiras	23	<u>(2.169)</u>	<u>(2.047)</u>
Resultado financeira, líquida		<u>(2.150)</u>	<u>(2.027)</u>
Superávit/Déficit do período		<u><u>326</u></u>	<u><u>(1.645)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


Diretor Presidente
Getúlio White Lima
CPF: 070.683.798-34


Contador
Fernando Marcelino Polysello
CRC ISP 256549/O-3

Demonstrações de resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023
Superávit/Déficit do período	326	(1.645)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>326</u>	<u>(1.645)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

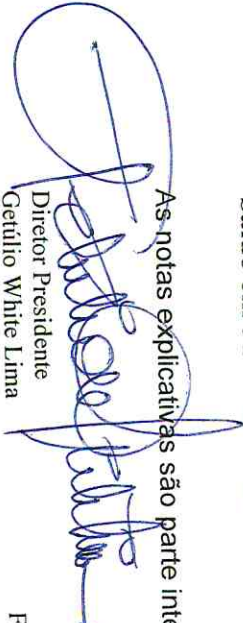

Diretor Presidente
Getúlio White Lima
CPF: 070.683.798-34


Contador
Fernando Marcelino Polysello
CRC ISP 256549/O-3

Demonstrações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

	Patrimônio social	Ajustes de avaliação patrimonial	Superávit/Déficit do período	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(852)	9.119	(934)	7.333
Transferência para patrimônio social	(934)	-	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	148	(148)	-	-
Ajuste de exercício anterior	(405)	-	-	(405)
Déficit do período	-	-	(1.645)	(1.645)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>(2.043)</u>	<u>8.971</u>	<u>(1.645)</u>	<u>5.283</u>
Transferência para patrimônio social	(1.645)	-	1.645	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	148	(148)	-	-
Ajuste de exercício anterior	(205)	-	-	(205)
Superávit do período	-	-	326	326
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>(3.745)</u>	<u>8.823</u>	<u>326</u>	<u>5.404</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

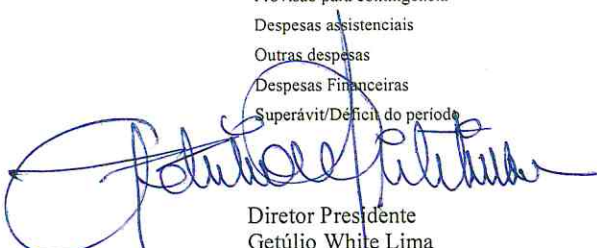

Diretor Presidente
Getúlio White Lima
CPF: 070.683.798-34


Contador
Fernando Marcelino Polysello
CRC ISP 256549/O-3

Grupo em Defesa da Criança com Câncer - Grendacc
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024 e 2023

Demonstrações do valor adicionado em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

	2024	%	2023	%
Receitas				
Pacientes particulares	16	0,1%	22	0,1%
Pacientes convênios	3.431	17,2%	1.357	8,2%
Pacientes SUS	6.831	34,2%	5.419	32,7%
Receitas com trabalhos voluntários	205	1,0%	165	1,0%
Receitas com contribuições	6.679	33,4%	7.121	42,9%
Receitas com subvenções privadas	27	0,1%	107	0,6%
Receitas com subvenções públicas	483	2,4%	230	1,4%
Receitas diversas	1.392	7,0%	1.300	7,8%
	19.064	95,4%	15.721	94,8%
Isenção das contribuições previdenciárias	1.599	8,0%	1.746	10,5%
Valor adicionado bruto	20.663	103,4%	17.467	105,3%
	(708)	-3,5%	(900)	-5,4%
Depreciação, amortização e exaustão líquidas				
Retenções	(708)	-3,5%	(900)	-5,4%
	19	0,1%	20	0,1%
Receitas Financeiras				
Valor adicionado recebido em transferência	19	0,1%	20	0,1%
Valor adicionado total a distribuir	19.974	100,00%	16.587	100,0%
Distribuição do valor adicionado				
Despesa com pessoal	6.746	33,8%	7.352	44,3%
Despesas com materiais	1.804	9,0%	1.642	9,9%
Serviços Básicos	328	1,6%	364	2,2%
Despesas com serviços	6.117	30,6%	4.389	26,5%
Custo da isenção das contribuições previdenciárias	1.599	8,0%	1.746	10,5%
Despesas com propaganda, marketing e eventos	8	0,0%	3	0,0%
Despesas com patrimônio e utilidades	183	0,9%	118	0,7%
Despesas com trabalho voluntário	205	1,0%	165	1,0%
Provisão para contingência	(256)	-1,3%	207	1,2%
Despesas assistenciais	85	0,4%	92	0,6%
Outras despesas	659	3,3%	109	0,7%
Despesas Financeiras	2.169	10,9%	2.047	12,3%
Superávit/Déficit do período	326	1,6%	(1.645)	-9,9%
	19.974	100,0%	16.587	100,0%

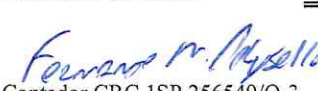

Diretor Presidente
Getúlio White Lima
CPF: 070.683.798-34


Contador CRC ISP 256549/O-3
Fernando Marcelino Polysello

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit/Déficit do período	326	(1.645)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	708	900
Ajustes de depreciação relacionado ativo imobilizado	-	3
Resultado na baixa de ativos intangíveis e imobilizado	-	47
	1.034	(695)
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Contas a receber	(653)	141
Estoques	238	258
Outras contas a receber	65	(79)
	(350)	320
Aumento (redução) nos passivos em		
Fornecedores	431	(11)
Obrigações tributárias e trabalhistas	(74)	(313)
Outras contas a pagar	(562)	46
Empréstimos	222	1.414
Convênios Públicos e Privados a Executar	18	300
	(2)	1.436
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	683	1.060
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(7.750)	(8.869)
Resgate de títulos e valores mobiliários	7.803	8.454
Ajustes de exercícios anteriores	(205)	(405)
Juros apropriados sobre títulos e valores mobiliários	(36)	(13)
Aquisição de ativo imobilizado	(585)	(151)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(774)	(983)
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa	(91)	77
No início do exercício	99	22
No fim do exercício	8	99
(Aumento/Diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	(91)	77


Diretor Presidente
Getúlio White Lima
CPF: 070.683.798-34


Contador CRC ISP 256549/O-3
Fernando Marcelino Polysello

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em reais)

1 Contexto operacional

O Grupo em Defesa da Criança com Câncer – GRENDACC é uma associação civil de caráter beneficente, de assistência social e filantrópica, sem finalidades econômicas ou lucrativas, inscrita no CNPJ (MF) 00.797.397/0001-94 e possui os Títulos, Registros e Certificações abaixo discriminados. O GRENDACC tem por finalidade e objetivos sociais amparar crianças e adolescentes portadores de doenças oncológicas e hematológicas crônicas, através da promoção de ações nas áreas de assistência social e de saúde que contribuam para a obtenção de atendimento integral, podendo, mediante deliberação de sua diretoria, estender a proteção, assistência e o amparo a crianças e adolescentes portadores de outras doenças, sem qualquer distinção quanto ao sexo, raça, cor, religião ou condições econômicas ou social dos beneficiários. Para alcançar seus fins e objetivos o GRENDACC desdobra suas atividades em vários setores, para tanto utiliza sua instalação ambulatorial, de sua propriedade, situado na Avenida Olívio Boa, 99, Jundiaí – SP.

Os recursos são oriundos de receitas decorrentes de atendimento médico (Sistema Único de Saúde – SUS), convênio médico e particular e da captação de subvenções provenientes do primeiro setor (governamental), de doações provenientes do segundo setor (empresarial de fins econômicos), do terceiro setor (organizações não governamentais) e de pessoas físicas.

O GRENDACC também arrecada fundos referentes a eventos diversos organizados pela Instituição.

Por ser uma Entidade de interesse social, possuímos os seguintes certificados:

- A Instituição possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - Saúde – CEBAS, renovado conforme Portaria nº 1.562, de 03/11/2016, publicada no DOU Pg. 56, em 04/11/2016, pela Portaria de nº. 643 de 29 de maio de 2019 recebeu o deferimento da Renovação do CEBAS para o período de 22 de fevereiro de 2019 a 21 de fevereiro de 2022 – Publicada no Diário Oficial de 31 de maio de 2019 - Seção 1 – p. 65 e conforme Portaria nº 145 de 02 de maio de 2022 para o período de 22 de fevereiro de 2019 a 31 de dezembro de 2023.

Ademais, em cumprimento ao que dispõe o § 1º do artigo 37, da Lei Complementar nº 187, de 17/12/2021, na qual prevê que “§ 1º Será considerado tempestivo o requerimento de renovação da certificação protocolado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem a data final de validade da certificação” informamos que a entidade protocolou em 10/11/2023, tempestivamente, o seu requerimento de renovação, conforme SEI nº 25000.169330/2023-44, o qual se encontra pendente de julgamento.

Até a presente data o pedido de renovação se encontra em processo de homologação, destacando que estando a Entidade alcançada pelo disposto no § 2º, do artigo 37, da Lei Complementar nº 187/2021, ao estabelecer que “§ 2º A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado”.

Desta forma, a Entidade comprova sua condição de certificada, possuindo direito às imunidades das Contribuições Sociais uma vez que cumpre a Lei Complementar 187, de 16 de dezembro de 2021 e o Código Tributário Nacional – CTN.

- Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES sob nº. 2716801 – 03 de setembro de 2003.

- Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades – CRCE sob nº. 1624/2012 – Concedido em 06 de agosto de 2012, nos termos do Decreto nº. 57.501, de 08 de novembro de 2011.

- Certificado de Registro nº 1.1.9.9.5.0.1.1 e de Inscrição de Programas de Atendimento junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Jundiaí – SP. - CMDCA – Lei Municipal 7.102 de 25 de julho de 2008.

- Certificado de Registro nº. 09 junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jarinu – SP., deferido em dezembro de 2008, devidamente renovado por prazo indeterminado.

- Certificado de Registro nº. 20 junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Várzea Paulista – SP., deferido em outubro de 2011 e devidamente renovado em 13 de dezembro de 2018.

- Declaração de Utilidade Pública Estadual - Lei nº 10.417 de 24 de novembro de 1999, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 25/11/99. – Atualizada anualmente.

- Declaração de Utilidade Pública Municipal - Lei nº 4.862 de 24 de setembro de 1996, publicada na Imprensa Oficial em 02/10/96. – Prefeitura do Município de Jundiaí – SP.

- Declaração de Utilidade Pública Municipal - Lei nº 1.958 de 16 de abril de 2012 e na mesma data Publicada na Imprensa Oficial - Prefeitura do Município de Cabreúva – SP.

- Declaração de Utilidade Pública Municipal - Lei nº 2.166 de 13 de junho de 2012 e na mesma data Publicada na Secretaria de Administração e Finanças desta Prefeitura – Câmara Municipal de Campo Limpo Paulista – SP.

- Declaração de Utilidade Pública Municipal - Projeto de Lei n. 551 de 27 de outubro de 2011 – Câmara Municipal de Itupeva – SP.

- Declaração de Utilidade Pública Municipal - Lei municipal 2.219 de 13 de dezembro de 2011 e na mesma data Publicada e Registrada na Secretaria de Administração – Câmara Municipal de Louveira – SP.

- Declaração de Utilidade Pública Municipal - Lei nº 2.078 de 17 de maio de 2011 e na mesma data Registrada e Publicada na Secretaria Municipal de Gestão Pública – Prefeitura do Município de Várzea Paulista – SP.

- Credenciamento no Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica – PRONON - Portaria nº. 935 de 07 de novembro de 2013.



- Ato Declaratório de Reconhecimento de Isenção de Contribuições Sociais nº 37311.007240/2006-35.

Plano de Administração

Considerando a continuidade operacional, em 2023 foram efetivadas as ações planejadas para o exercício com o objetivo principal de contribuir para o alcance a médio e longo prazo do equilíbrio econômico-financeiro, com destaque para a reorganização da estratégia de atendimento hospitalar de pacientes oncológicos para o regime de 12 (doze) horas, sem alterações nos demais serviços ambulatoriais/hospitalares de consultas, exames, procedimentos e terapias. Essa ação gerou alguns desdobramentos, entre eles, a reestruturação do quadro de pessoal em função do novo horário de funcionamento, a terceirização dos serviços de análises clínicas e a redução de despesas diversas para a manutenção das atividades.

Os contratos para prestação de serviços de saúde foram repactuados com a expansão na oferta de vagas em novas especialidades médicas e o aumento de novos procedimentos eletivos, principalmente cirúrgicos pediátricos. Cabe ressaltar as negociações com instituições financeiras e convênios/contratos com prefeituras e operadoras de saúde privadas para o reequilíbrio de contratos, resultando em revisões importantes em alguns contratos.

Considerando as demonstrações contábeis de 2024, a Diretoria do Grendacc dará continuidade às ações iniciadas no exercício anterior, concentrando seus esforços em ampliar os contratos existentes e na prospecção de novas parcerias/convênios, diversificando as operações de saúde de acordo com a capacidade instalada do hospital.

Cabe ressaltar, a manutenção do compromisso da Administração de diminuir os débitos remanescentes dos exercícios anteriores, gerados pela indisponibilidade de recursos financeiros em caixa para a quitação de todas as pendências em seus respectivos vencimentos.

Para além das iniciativas com foco na sustentabilidade financeira, serão implementadas melhorias na infraestrutura e o prosseguimento na revisão de processos e fluxos em várias áreas, com o objetivo do aprimoramento e da melhoria contínua das operações e na gestão dos diversos recursos.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados e atualizados pelo valor justo por meio do resultado.



4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2024 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 6e – determinação da vida útil dos ativos imobilizados;

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Entidade requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Entidade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 26 – instrumentos financeiros.



6 Políticas contábeis materiais

A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. Além disso, a Entidade adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26 a partir de 1º de janeiro de 2024). As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações sobre políticas contábeis divulgadas nesta nota 6 em determinados casos (consulte a Nota Explicativa nº 7.1 para obter mais informações).

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, banco conta movimento e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na quitação das obrigações de curto prazo.

b. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários referem-se aos recursos aplicados em instituições financeiras de primeira linha, estando tais recursos classificados fora do grupo de caixa e equivalentes de caixa em função de não fazerem parte da gestão do dia a dia da Entidade. A Entidade adota como prática contábil apresentar os títulos e valores mobiliários nas atividades de investimentos nas demonstrações dos fluxos de caixa por entender que é a situação que melhor representa seus fluxos financeiros, estando tal apresentação amparada nos parágrafos 33 à 34A do CPC 3 - Demonstrações do Fluxo de Caixa.

c. Contas a receber - Convênios Públicos e Privados

Representam subvenções governamentais e de poder privado, que são reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que a Entidade irá cumprir as condições associadas com a subvenção e são posteriormente reconhecidas no resultado, em uma base sistemática no período de vida útil do ativo.

As subvenções recebidas pela Entidade possuem em contrato cláusulas de obrigação de execução do projeto que se referem, sendo registradas como obrigações e após o aceite será reconhecida em resultado.

d. Estoques

Os estoques são registrados pelo custo médio de aquisição, quando aplicável, deduzidos de provisão para ajustá-los ao valor líquido de realização, quando este for inferior.

Periodicamente, a Administração realiza análise do estoque e, quando identificados materiais vencidos ou com impossibilidade de uso, o valor correspondente ao custo é reconhecido diretamente no resultado.

e. Depósitos judiciais

Existem situações em que a Entidade questiona a legitimidade de determinados passivos e ações movidas contra si. Por conta destes questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo e são apresentados pelos valores originais no realizável a longo prazo.).

f. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido de depreciação e amortização acumulada, quando necessárias. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e os custos com empréstimos capitalizados. O custo de ativos construídos pela própria Entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Entidade e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ao longo de sua vida útil estimada.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativas são as seguintes, por quantidade de anos:

Prédios e Edificações	10 - 60 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 anos
Equipamentos de informática e comunicação	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g. Obrigações trabalhistas e sociais

Contempla as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos que é constituída com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço.

h. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base

as melhores estimativas do risco envolvido.

j. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

A Entidade, de acordo com o CPC 12 - Ajuste a valor presente, analisou suas contas de ativos e passivos de curtos e longos prazos, com relação a valores realizáveis no futuro, prazos de liquidação, vencimento e possíveis taxas de desconto e verificou que, qualquer ajuste a valor presente seria irrelevante.

k. Apuração do resultado contábil e reconhecimento das receitas

As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência.

As práticas contábeis de reconhecimento de receita estão descritas na nota 21.

l. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A Entidade adotou como prática contábil apresentar os juros recebidos de títulos e valores mobiliários nas atividades de investimentos por entender que é a situação que melhor representa seus fluxos financeiros, estando tal apresentação amparada nos parágrafos 33 à 34A do CPC 3 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e variação cambial sobre empréstimos e impostos parcelados. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

m. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR ("Valor Justo por meio do Resultado"), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA") - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. No exercício de 2024 a Entidade não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não

ser que a Entidade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR)

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos provenientes de prestação de serviços.

(iii) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos.

(iv) Desreconhecimento

A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Entidade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirar. A Entidade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(v) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(vi) Instrumentos financeiros derivativos

A Entidade não possuía em 31 de dezembro de 2024 e 2023 nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos incluindo operações de *hedge*.

n. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Administração da Entidade não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos.

o. Informações operacionais divulgadas

As divulgações das informações operacionais reportáveis apresentadas, estão de acordo com a estrutura de gerenciamento e com as informações utilizadas pelos principais tomadores de decisão da Entidade, cujo objetivo é segregar as operações assistenciais das não assistenciais. Dessa forma, todos os itens alocados são referentes a atividades de negócio das quais podem-se obter receitas e incorrer em despesas.

7 Pronunciamentos novos ou revisados, novas normas e interpretações ainda não efetivas

7.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

a. Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 [norma correlata ao CPC 26 (R1)] e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos

para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Associação (Nota Explicativa nº 6), mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Entidade.

b. Alterações ao CPC 23/IAS 8 - Definição de estimativas contábeis.

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), o qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Entidade.

c. CPC 50/IFRS 17 – Contratos de seguros

Esse pronunciamento substituirá a norma atualmente vigente CPC 11/IFRS 4 após processo de revisão da norma internacional realizado pelo IASB. O objetivo do CPC 50 – Contratos de seguro é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes.

Esse pronunciamento é aplicável a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão.

A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Associação.

7.2. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As seguintes normas entrarão em vigor em exercícios posteriores a 31 de dezembro de 2024, entretanto a Entidade não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras:

Alterações ao CPC 26 – Classificação de passivos circulantes e não circulantes
Alterações ao CPC 06 – Passivo de arrendamento em uma venda e lease back
Alterações ao CPC 03 – Acordos de financiamento de fornecedores de risco sacado
Alterações ao CPC 02 – Ausência de conversibilidade

8 Caixa e equivalentes de caixa sem restrição

	2024	2023
Caixa e bancos sem restrição	<u>8</u>	<u>99</u>
	<u>8</u>	<u>99</u>

9 Caixa e equivalentes de caixa com restrição

	2024	2023
Caixa e bancos com restrição	<u>1</u>	<u>-</u>
	<u>1</u>	<u>-</u>

Os saldos reconhecidos nessa rubrica são de contas bancárias vinculadas a algum tipo de projeto público ou privado, que temos restrição para a movimentação das contas, utilizando conforme os convênios estabelecidos e prestando conta de seus pagamentos.

10 Títulos e valores mobiliários sem restrição

	Remuneração	2024	2023
CDBs - Renda Fixa sem restrição	90% a 104% do CDI	70	212
Título de capitalização	TR – Taxa referencial	<u>190</u>	<u>140</u>
		<u>260</u>	<u>152</u>

As aplicações financeiras registradas como títulos e valores mobiliários são utilizados como reserva financeira da Entidade para manutenção de suas atividades, de forma que não são utilizadas no fluxo usual do caixa.

11 Títulos e valores mobiliários com restrição

	Remuneração	2024	2023
CDBs - Renda Fixa com restrição	90% a 104% do CDI	<u>446</u>	<u>571</u>

As aplicações financeiras registradas como títulos e valores mobiliários com restrição são utilizadas para os convênios públicos e privados relacionados a projetos específicos para utilização de recurso.

12 Outras contas a receber

	2024	2023
Adiantamentos diversos (a)	78	55
Cheques custodiados	16	30
Título de capitalização (b)	10	60
Outras contas a receber	22	37
	<u>126</u>	<u>182</u>
Circulante	116	137
Não circulante	10	45

- (a) Refere-se, substancialmente, a saldo de adiantamento de férias a funcionários e adiantamentos a fornecedores.
- (b) Valor de Título de Capitalização com rendimento TR – Taxa referencia

13 Estoque

	2024	2023
Materiais médicos	169	209
Medicamentos	72	104
Alimentos	22	15
Químicos e saneantes	4	5
Material de escritório	70	16
Material de limpeza e descartável	34	16
Epi's e uniformes	2	3
Material promocional	6	30
Material de informática e manutenção	1	1
Bazar para revenda	-	221
	<u>380</u>	<u>618</u>

Os estoque são demonstrados ao custo médio de aquisição, inferior ou igual ao preço atual de mercado.

14 Imobilizado

As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 estão demonstradas nos quadros abaixo:

	31/12/2023			31/12/2024
Custo	Custo	Adição	Baixa	Saldo
Terrenos	6.940	-	-	6.940
Edificações e benfeitorias	10.117	-	-	10.117
Comodato	139	-	-	139
Veículos	78	-	-	78
Móveis e utensílios	334	14	-	348
Equipamentos e instalações	3.800	571	-	4.371
	<u>21.409</u>	<u>585</u>	<u>-</u>	<u>21.994</u>
Depreciação				
Edificações e benfeitorias	(3.591)	(171)	-	(3.763)
Veículos	(77)	(1)	-	(78)
Móveis e utensílios	(216)	(26)	-	(242)
Equipamentos e instalações	(2.105)	(492)	-	(2.597)
	<u>(5.989)</u>	<u>(691)</u>	<u>-</u>	<u>(6.680)</u>
	<u>15.420</u>	<u>(106)</u>	<u>-</u>	<u>15.314</u>

Dentro do controle do ativo imobilizado se temos segregados os itens de patrimônio que foram adquiridos por recursos próprios e recursos oriundos de convênios públicos e privados, onde segue abaixo o saldo composto:

	2024	2023
Imobilizado – Próprio	14.564	14.973
Imobilizado – Gestão Pública	738	421
Imobilizado – Gestão Privada	12	25
	<u>15.314</u>	<u>15.420</u>

15 Obrigações trabalhistas e sociais

	2024	2023
Provisão para férias	576	543
FGTS a recolher	1.052	1.071
Salários a pagar	241	214
Outros	54	28
	<u>1.922</u>	<u>1.856</u>

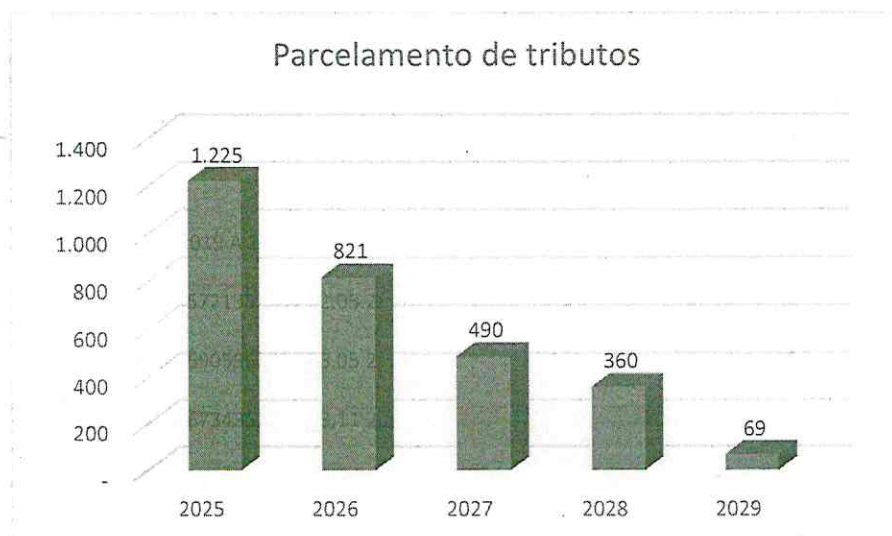
16 Obrigações tributárias

	2024	2023
INSS a recolher	358	94
Pis/Cofins/CSLL a recolher	68	37
IR a recolher	179	62
Parcelamento de tributos (a)	2.963	3.516
	3.569	3.710
Circulante	1.830	2.139
Não circulante	1.739	1.572

(a) Composição de pagamentos dos parcelamentos de tributos a longo prazo

15.1 Composição das parcelas de longo prazo	Valores a Pagar					
	Valor total	2025	2026	2027	2028	2029
PARCELAMENTO CSRF N° 13839-404.842/21-69	127	84	43			
PARCELAMENTO IRRF N° 13839-404.842/21-69	319	212	107			
PARCELAMENTO INSS REF. 3763917	-	-				
PARCELAMENTO INSS - REF. 2884158	-	-				
PARCELAMENTO INSS N° 634093274	-	-				
PARCELAMENTO INSS N° 634287001	1	1				
PARCELAMENTO INSS N° 637441540	33	33				
PARCELAMENTO INSS N° 638515610	86	78	8			
PARCELAMENTO INSS N° 639042120	40	32	8			
PARCELAMENTO INSS N° 640234615	87	58	29			
PARCELAMENTO RECEITA SIMPLIFICADO Nº021100012001673233	8	8				
PARCELAMENTO RECEITA SIMPLIFICADO Nº021100012001424428	49	49				
PARCELAMENTO INSS SIMPLIFICADO N° 64270706-5	9	9				
PARCELAMENTO RECEITA SIMPLIFICADO Nº021100012005226573	293	125	118	50		
PARCELAMENTO FGTS 2020000134 - 04/2017 A 07/2019	170	53	88	29		

PARCELAMENTO FGTS 2021013617 - 09/2019 A 11/2021	347	3	127	127	90	
PARC. RECEITA SIMPL. Nº02110001200435721382301 22.05.2	-	-				
PARC. RECEITA SIMPL. Nº02110001200436905562369 23.05.2	21	10	10	1		
PARC. RECEITA SIMPL. Nº02110001201036734352335 23.11.2	327	103	79	79	66	
PARC. RECEITA SIMPL. Nº02110001200652676942454 28.05.2	892	256	191	191	191	64
PARC. RECEITA SIMPL. Nº 02110001200675975822469 03.06.	63	17	13	13	13	6
PARC. PGFN-SISPAR 010327178 13.06.24	95	95				
	2.963	1.225	821	490	360	69



17 Empréstimos

	2024	2023
Empréstimos bancários	3.509	3.425
Empréstimo com terceiros	147	105
Saldo negativo	399	302
	4.054	3.832
Circulante	1.282	1.060
Não circulante	2.772	2.772

16.1 Composição empréstimos bancários

Instituição financeira	Natureza	Taxa de juros	2024
Banco Daycoval	Capital de giro	18,50% a.a.	267
Banco Santander	Capital de giro	12,50% a.a.	1.093
Banco Caixa Econômica Federal	Giro SUS	15,73% a.a	2.149
			3.509
	Passivo circulante		736
	Passivo não circulante		2.772

16.2 Composição das parcelas de longo prazo

Instituição financeira	2025	2026	2027	2028	2029	2030 a 2034	Total
Banco Daycoval	336	-	-	-	-	-	336
Banco Santander	452	452	452	188	-	-	1.543
Banco Caixa Econômica Federal	418	418	418	418	418	1.882	3.972
	1.206	870	870	606	418	1.882	5.851

16.3 Garantias

As principais garantias oferecidas para pagamento dos empréstimos citados anteriormente são:

- . Cessão fiduciária de direitos creditórios.
- . Garantia complementar FGI correspondente a 80% do saldo devedor.
- . Não há cláusulas restritivas (*covenants*) para esses contratos de empréstimo.

18 Convênios públicos e privados a executar

	2024	2023
Convênio Público a executar	932	893
Convênio Privado a executar	133	190
	<u>1.065</u>	<u>1.083</u>
Circulante	208	473
Não circulante	857	610

São os valores a executar de convênios firmados com Órgãos Governamentais e privados, conforme Resolução CFC 1.305/2010 (NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais) e a Resolução CFC 1.409/12 (R1) que aprovou a ITG 2002.

Este grupo é composto por valores a executar oriundos de contratos e/ou termos assinados com Empresas Públicas e privadas representados pelo seu valor nominal e original; cuja contrapartida está lançada no Ativo Circulante e não circulante e o reconhecimento da receita quando utilizado os recursos ou quando houver depreciação de bens do ativo imobilizado.

19 Provisão para contingências e depósitos judiciais

a) Provisão para contingências

A Entidade é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e fiscais, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. Para cobertura das perdas consideradas como prováveis, foram constituídas provisões nos montantes indicados a seguir:

	2024	2023
Trabalhista	365	621
Total de contingências	365	621

Movimentação dos processos no exercício

	Saldo em 31/12/2023	Adição	Reversão	Saldo em 31/12/2024
Trabalhista	621	-	(256)	365
Total	621	-	(256)	365

Além dos processos demonstrados acima, existem outros processos classificados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

b) Depósitos judiciais

Estão registrados nessa conta os depósitos judiciais fiscais, atualizados pelos índices oficiais até a data do balanço, sendo está a sua movimentação e composição:

	31/12/2023	Adições	Baixas	Atualização	31/12/2023
Trabalhistas	9	-	(9)	-	-
	<u>9</u>	<u>-</u>	<u>(9)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

20 Patrimônio líquido

Patrimônio social

Conforme estatuto social, a Entidade deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais, não podendo, como consequência, não poderá distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou de participação no seu superávit. Dessa forma, o superávit ou déficit do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social.

Ajuste de avaliação patrimonial (reavaliação de bens)

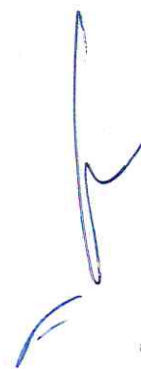
O ajuste de avaliação patrimonial foi constituído em decorrência da atribuição do “deemed cost” no momento da aplicação pela primeira vez das normas da CPC, da rubrica de imóveis do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por consultoria especializada. O ajuste de avaliação patrimonial está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra o Patrimônio Social. Não foram constituídos o imposto de renda e a contribuição social diferidos em decorrência de a Entidade possuir imunidade tributária.

21 Receita operacional

	2024	2023
Receitas – Pacientes particulares	16	22
Receitas – Pacientes de convênios	3.431	1.357
Receitas – Pacientes SUS	6.831	5.419
Receitas com trabalho voluntário	205	165
Receitas com contribuições	6.679	7.121
Receitas com subvenções privadas (a)	27	107
Receitas com subvenções públicas (a)	483	230
Receitas diversas	1.392	1.300
Isenção das contr. previdenciárias	1.599	1.746
	<u>20.663</u>	<u>17.467</u>

Tipo de produto	Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita conforme o CPC47
Prestação de serviços de Saúde	O cliente obtém o controle das receitas com prestação de serviços de saúde no momento da prestação de serviço. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização	A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Entidade e quando puder ser mensurada de forma confiável. As receitas com saúde são apuradas em conformidade com o regime de competência dos exercícios, levando-se em consideração os períodos de referência.

a) São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais e não governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. Para a contabilização de suas subvenções governamentais, atendeu a Resolução CFC Nº 1.305/10 (NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais) e a Resolução CFC 1.409/12 (R1) que aprovou a ITG 2002.



22 Despesa por natureza

Despesas por função	2024	2023
Custos dos serviços prestados	(17.632)	(16.506)
Despesas gerais e administrativas	(377)	(425)
Outras (despesas) operacionais	(177)	(153)
	<u>(18.187)</u>	<u>(17.085)</u>
Despesas por natureza		
Despesa com pessoal	(6.746)	(7.352)
Despesas com materiais	(1.804)	(1.642)
Serviços Básicos	(328)	(364)
Depreciação e amortização	(708)	(900)
Despesas com serviços	(6.117)	(4.389)
Custo da Isenção das contr. previdenciárias	(1.599)	(1.746)
Despesas com propaganda, marketing e eventos	(8)	(3)
Despesas com patrimônio e utilidades	(183)	(118)
Despesas com Trabalho Voluntário	(205)	(165)
Provisão para contingências	256	(207)
Despesas assistenciais	(85)	(92)
Outras despesas	(659)	(109)
	<u>(18.187)</u>	<u>(17.085)</u>

23 Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	15	13
Outras receitas financeiras	4	7
	<u>19</u>	<u>20</u>
Despesas financeiras		
Juros empréstimos e financiamentos	(1.826)	(1.703)
Outras despesas financeiras	(343)	(345)
	<u>(2.169)</u>	<u>(2.047)</u>
	<u>(2.150)</u>	<u>(2.027)</u>

24 Benefícios sociais ofertados por meio de atendimento gratuito através do sistema único de saúde SUS conforme estabelecido na Lei Complementar 187 de 16 de dezembro de 2021

O GRENDACC é uma associação civil sem finalidades econômicas ou lucrativas, de natureza e caráter beneficente, cujos objetivos sociais estão inseridos no artigo 2º do Estatuto Social, registrado no Terceiro Tabelião de Notas de Jundiá, tendo como principais finalidades amparar crianças e adolescentes portadores de doenças oncológicas e hematológicas crônicas do município de Jundiá e região, atendendo às disposições contidas na Lei Complementar 187, de 16 de

dezembro de 2021, fazendo jus ao CEBAS – Certificado de Entidades Beneficente de Assistência Social, mencionado em seu Estatuto Social.

A Entidade atende indiscriminadamente a todos os usuários que buscam seus serviços na área da saúde, disponibilizando 60% da sua capacidade total dos seus serviços de internações e ambulatoriais aos pacientes do SUS no município onde atua e na região.

Em atendimento ao disposto na Lei Complementar 187, de 16 de dezembro de 2021, a Entidade entrega junto aos documentos requeridos para prestação de contas, a Carta do Gestor Público local, onde este atesta o cumprimento das pactuações dos serviços prestados ao SUS.

Descrição	2024	Percentual		2023	Percentual
Atendimento SUS	60.800	83%		54.644	86%
Atendimento não SUS	12.237	17%		8.687	14%
Total de Atendimentos	73.037	100%		63.331	100%

25 Certificados, imunidades, isenções e renúncia fiscal

Certificados, imunidades e isenções

O Grendacc é uma instituição filantrópica e social sem fins lucrativos e econômicos, de direito privado cujo Estatuto Social contempla os artigos 62 a 69 do Código Civil. A imunidade tributária para o terceiro setor está prevista no artigo 150, Inciso VI, alínea “C” e seu parágrafo 4º e art. 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

O direito à imunidade permite a entidade beneficente de assistência social, saúde e educação não realizar mais o pagamento dos seguintes impostos e contribuições: ISS, IPTU, ITBI, ICMS, IPVA e ITCMD; IR, IOF, ITR, IPI, II, IE; e INSS Patronal, PIS sobre a folha, SAT/RAT, Cofins, através de ação judicial em desfavor da União, estados e municípios que realize a cobrança da tributação indevida contra as entidades do terceiro setor que estejam enquadradas no artigo 150.

A Entidade está amparada também pela Lei Nº 9.532/97 que em seu artigo 12 especifica a imunidade tributária Federal, no entanto não estão abrangidos pela imunidade os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável.

Para usufruir da Isenção Tributária determinada, cumpre os seguintes requisitos:

ESTATUTÁRIOS

- Não percebe a seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;
- Aplica suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;

- Não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;
- Atende ao princípio da universalidade do atendimento, onde não direciona suas atividades exclusivamente para seus associados (as);
- Tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidade sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas;

OPERACIONAIS E CONTÁBEIS

- Possui certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- Mantém sua escrituração contábil regular e o registro das receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
- Conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial;
- Cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;
- Elabora as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditores independentes legalmente habilitados nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

Isenções previdenciárias usufruídas

Para atender aos requisitos da legislação pertinente e em atendimento a ITG 2002 (R1) – entidades sem finalidade de lucros, a Fundação registra no resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas.

	2024	2023
INSS patronal folha	1.521	1.679
PIS sobre a folha de pagamento	55	60
INSS patronal autônomos	23	6
	<u>1.599</u>	<u>1.746</u>

26 Instrumentos financeiros

A Entidade não possui operações financeiras com instrumentos financeiros, entretanto, poderá incorrer em riscos relativos a risco de crédito, risco de taxa de juros e risco de liquidez.

Risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras era:

	2024	2023
Caixa equivalente de caixa	8	99
Títulos e valores mobiliários	706	723
Contas a receber - Saúde	916	263
Outras contas a receber	126	182
	<u>1.756</u>	<u>1.267</u>

Risco de liquidez

A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem.

A Entidade apresentava em 31 de dezembro de 2024 um saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários de curto prazo de R\$ 714 (R\$ 882 em 2023) frente a um passivo circulante total na mesma data base de R\$ 6.225 (R\$ 6.330 em 2023) que representa uma posição líquida negativa de (R\$ 5.511) (R\$ 5.448 negativa em 2023).

Conforme destacado em nota 1, a Administração já se tem um plano de ação para melhora do fluxo financeiro líquido da Entidade.

Risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Entidade eram:

Instrumentos de taxa variável	2024	2023
Ativos financeiros - CDI		
Títulos e valores mobiliários	706	723
Empréstimo	<u>(4.054)</u>	<u>(3.832)</u>
Total	<u>(3.348)</u>	<u>(3.109)</u>

A Entidade mantém parcela substancial de suas aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários indexadas à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2024, a Entidade apresentava exposição líquida a taxa de juros no montante de R\$ 3.348 (R\$ 3.109 em 2023).

Análise de sensibilidade para mudanças na taxa de juros

Para o cálculo do cenário provável foram utilizadas as taxas referenciais obtidas na BM&FBOVESPA em 31 de dezembro de 2024. Os cenários "Possível" e "Remoto" levam em consideração um incremento nessa taxa de 25% e 50%, respectivamente. Os resultados, em valores nominais são como seguem, e as despesas com juros de debêntures estão calculadas até o

término de cada contrato indexado.

		Provável	Possível	Remoto
	CDI (a.a.)	10,88%	13,60% 25%	19,04% 50%
	Saldo Contábil	Provável	Possível	Remoto
Títulos e Valores Mobiliários	706	783	802	821
Empréstimo	(4.054)	(4.495)	(4.605)	(4.716)
Exposição líquida em CDI		(364)	(455)	(546)

Estimativa do valor justo

A Entidade divulga seus ativos e passivos a valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis pertinentes que definem valor justo, a estrutura de mensuração do valor justo, a qual se refere a conceitos de avaliação e práticas e requer determinadas divulgações sobre o valor justo.

Valor justo versus valor contábil

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	2024		2023	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado				
Títulos e valores mobiliários	706	706	723	723
Ativos mensurados pelo custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	8	8	99	99
Contas a receber - Saúde	916	916	263	263
Outras contas a receber	126	126	182	182
Passivos mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores	802	802	372	372
Outras contas a pagar	157	157	247	247
Adiantamento de clientes	23	23	19	19
Empréstimos	4.054	4.054	3.832	3.832
Convênios Públicos e Privados a Executar	1.065	1.065	1.083	1.083

As aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários, classificadas como valor justo por meio do resultado, são classificadas na categoria nível 2.

Para os níveis 1 e 3, a Entidade não possuía nenhuma operação a ser classificada nas datas-bases.

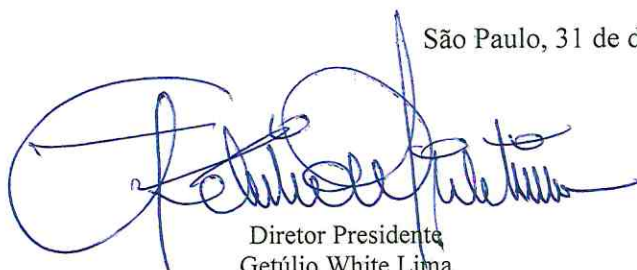
27 Trabalho voluntário

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da Administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que o Grendacc haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício na rubrica de outras despesas operacionais e em contrapartida em outras receitas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2024, registrou o montante de R\$ 205 (R\$ 164 em 2023), referente a trabalhos voluntários.

Departamentos	2024	2023
Artesanato	33	39
Bazar	73	74
Brinquedoteca	11	18
Capelania	1	1
Diretoria	8	10
Almoxarifado	1	1
Eventos	44	15
SND/ COPA	1	1
Manutenção	1	1
RH	3	4
Nota Fiscal Paulista	28	-
Total	<u>205</u>	<u>164</u>

* * *

São Paulo, 31 de dezembro de 2024



Diretor Presidente
Getúlio White Lima
CPF: 070.683.798-34



Contador
Fernando Marcelino Polysello
CRC ISP 256549/O-3

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023
Pacientes particulares	16	22
Pacientes convênios	3.431	1.357
Pacientes SUS	6.831	5.419
Receitas com trabalhos voluntários	205	165
Receitas com contribuições	6.679	7.121
Receitas com subvenções privadas	27	107
Receitas com subvenções públicas	483	230
Receitas diversas	1.392	1.300
Isenção das contr. previdenciárias	1.599	1.746
Receita operacional líquida	20.663	17.467
Despesas por natureza		
Despesa com pessoal	(6.746)	(7.352)
Despesas com materiais	(1.804)	(1.642)
Serviços Básicos	(328)	(364)
Depreciação e amortização	(708)	(900)
Despesas com serviços	(6.117)	(4.389)
Custo da Isenção das contr. previdenciárias	(1.599)	(1.746)
Despesas com propaganda, marketing e eventos	(8)	(3)
Despesas com patrimônio e utilidades	(183)	(118)
Despesas com Trabalho Voluntário	(205)	(165)
Provisão para contingências	256	(207)
Despesas assistenciais	(85)	(92)
Outras despesas	(659)	(109)
	(18.187)	(17.085)
Superávit antes do resultado financeiro	2.476	382
Resultado Financeiro		
Receita de aplicações financeiras	15	13
Outras receitas financeiras	4	7
Outras despesas financeiras	(343)	(345)
Juros empréstimos e financiamentos	(1.826)	(1.703)
	(2.150)	(2.027)
Superávit/Déficit do período	326	(1.645)


Diretor Presiden
Getúlio White Lima
CPF: 070.683.798-34


Fernando Marcelino Polysello
CRC 1SP 256549/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2024

À Diretoria Executiva da Entidade

GRUPO EM DEFESA DA CRIANÇA COM CÂNCER - GRENDACC

CNPJ:- 00.797.397/0001-94

Jundiaí – SP.

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da entidade **Grupo em Defesa da Criança com Câncer – GRENDACC**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Grupo em Defesa da Criança com Câncer – GRENDACC**, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Ênfase – chamamos a atenção para as seguintes situações:

- **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**, conforme as demonstrações financeiras, que indica que a entidade GRENDACC apresenta em 31 de dezembro de 2024 excesso de passivo circulante em relação ao ativo circulante de R\$4,098 milhões e patrimônio líquido que registra resultado de patrimônio social com déficit acumulado de R\$3,419

milhões, decorrentes de geração negativa de caixa em suas operações, esses eventos e condições, juntamente com outros descritos na **Nota 1, em especial os planos da administração** que consideram, dentre outros a renegociação da dívida junto às instituições financeiras e fornecedores, reestruturação operacional de pessoas e processos, revisão de planos e convênios que geram receitas, dentre outros, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

- 13 - **Ativo Imobilizado** – demonstrado ao custo de aquisição com respectivas despesas reconhecidas pelo método linear que não considera a vida útil conforme determina o CPC 27 e a NBC TG-27 do CFC sobre a alocação sistemática do valor depreciable de um ativo ao longo de sua vida útil.
- 20 – **Receita Operacional** - reconhecida por competência, exceto – **receitas com contribuições – decorrentes de doações em espécie pelo canal de telemarketing**, e parte de **Receitas Diversas**, que são reconhecidas no momento de suas realizações (regime caixa) conforme preceitua a norma contábil NBC TG 25 (CFC) – sobre ativo contingentes, por se tratar de receitas incertas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha

nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da entidade e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela entidade a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Jundiaí, 15 de abril de 2025.



Segato Consultores – Auditoria e Contabilidade Ltda

CRC 2SP15.697/O-9

Valdir Donizete Segato - CRC 1SP171.269/0-1

Cadastro Nacional de Auditores Independentes - **CNAI-CFC 1.776**

Membro do Ibracon – 5º. Seção Regional – Auditores Independentes – **5.386**